

Decifra-me ou te devoro! desafios para as Políticas Públicas e a Gestão Social a partir da compreensão da pobreza

Autoria

MARINETTE SANTANA FRAGA - marinettefraga@gmail.com

Prog de Pós-Grad em Admin – PPGA/PUC Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Progr de Pós-Grad em Admin/Fac de Admin e Ciências Contábeis/Curso de Mest Acad em

Admin/PPGA/FACC/CMAA/UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

CLÁUDIA APARECIDA AVELAR FERREIRA - CLAUDIAHGV@GMAIL.COM

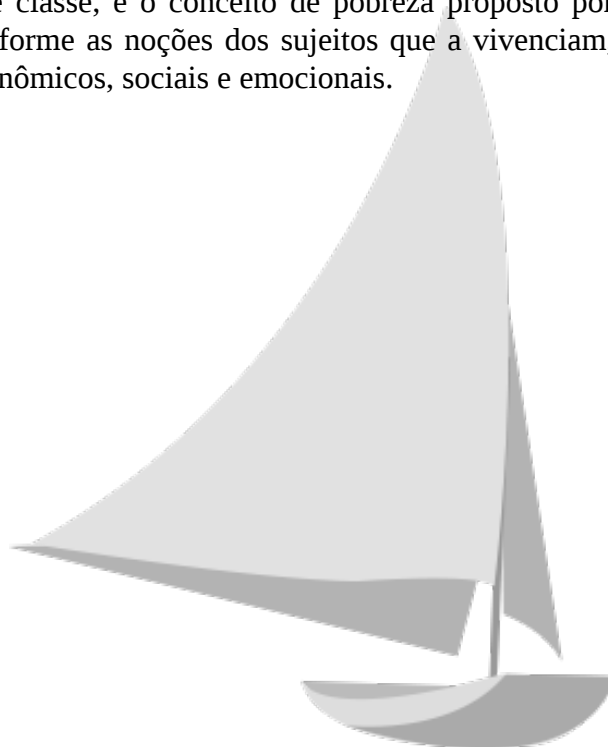
Prog de Mestr e Dout em Admin da FACE/FUMEC - Universidade FUMEC

Armindo dos Santos de Sousa Teodósio - armindo.teodosio@gmail.com

Prog de Pós-Grad em Admin – PPGA/PUC Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Resumo

O objetivo do estudo foi problematizar a noção da pobreza de forma a se compreender como se dá a construção e apropriação de ativos intangíveis e capital social em situação de pobreza. Trata-se de um ensaio teórico fundamentado em abordagens sociológicas, para as quais a pobreza é compreendida como produto de injustiça e dependência das estruturas econômicas, sociais e políticas. Procurou-se discutir as ambivalências terminológicas dos capitais sociais e dos ativos intangíveis e suas implicações quando assimiladas como dimensões orientadoras de políticas públicas e intervenções no campo da Gestão Social. Enfatiza a análise de Bourdieu para o capital social, pois é um tipo de capital que qualifica a posição relativa das pessoas na estrutura de classe, e o conceito de pobreza proposto por Narayan, no qual a mesma é concebida conforme as noções dos sujeitos que a vivenciam, entre elas, a ausência também de capitais econômicos, sociais e emocionais.





Decifra-me ou te devoro!

desafios para as Políticas Públicas e a Gestão Social a partir da compreensão da pobreza

Resumo

O objetivo do estudo foi problematizar a noção da pobreza de forma a se compreender como se dá a construção e apropriação de ativos intangíveis e capital social em situação de pobreza. Trata-se de um ensaio teórico fundamentado em abordagens sociológicas, para as quais a pobreza é compreendida como produto de injustiça e dependência das estruturas econômicas, sociais e políticas. Procurou-se discutir as ambivalências terminológicas dos capitais sociais e dos ativos intangíveis e suas implicações quando assimiladas como dimensões orientadoras de políticas públicas e intervenções no campo da Gestão Social. Enfatiza a análise de Bourdieu para o capital social, pois é um tipo de capital que qualifica a posição relativa das pessoas na estrutura de classe, e o conceito de pobreza proposto por Narayan, no qual a mesma é concebida conforme as noções dos sujeitos que a vivenciam, entre elas, a ausência também de capitais econômicos, sociais e emocionais.

Palavras chave: Pobreza. Capital Social. Ativos sociais. Ativos Intangíveis. Gestão Social.

1. Introdução

A questão da pobreza no mundo se constituiu em um fenômeno social alarmante e plausível de resolução ou de ser amenizado em longo prazo, em todos os países, principalmente no Brasil. Apesar de sua gravidade e urgência, não tem recebido devida atenção, se constituindo em um espaço de reprodução de políticas públicas que muitas vezes não tocam nas questões geradoras e estruturantes da pobreza nas sociedades contemporâneas.

Esse fenômeno compreende diversas vulnerabilidades de uma parcela da população, levando à efeitos maléficos (Ijaiya, Marikan & Ramli, 2016). Tal assertiva reflete na produção acadêmica referente a abordagem de ativos intangíveis e capital social na perspectiva das Ciências Sociais e da Administração, em especial, com o objeto de estudo da situação de pobreza dos sujeitos vulneráveis.

Segundo Moser (1998), na América Latina a concepção da estrutura de ativos e vulnerabilidades apresentou um avanço significativo ao explicitar que os riscos de mobilidade social descendentes não se estendem somente para a população pobre, mas para a sociedade em geral, uma vez que a desproteção e a insegurança transcendem a capacidade de satisfação das necessidades básicas. Outra contribuição do estudo, dessa autora, foi considerar os ativos individuais como condicionantes do grau de vulnerabilidade, portanto, compreende a mesma em uma visão holística.

Entende-se vulnerabilidade a partir da existência ou não, por parte dos atores sociais, seja o indivíduo ou as famílias, de ativos e estrutura de oportunidades que estão em disponibilidade nas esferas socioeconômicas, os quais influenciam o estado de respostas perante as situações de risco. Nesse sentido, podem ou não impedir a deterioração dos recursos das pessoas, de direitos e em relações sociais (Kaztman, 1999).

No desenho de políticas públicas e também em muitas intervenções realizadas dentro dos pressupostos da Gestão Social, os pesquisadores têm concepções da pobreza que priorizam a visão clássica da renda, ainda que tentem dar conta também da visão contemporânea que inclui os ativos intangíveis da pobreza. Camara, Misocky & Pedroso (2013), ao analisarem a produção científica nos Anais dos EnANPADs e EnAPGs de 2004 a 2012, concluíram que a maioria absoluta dos textos primam pela reprodução de ideias



hegemônicas centradas no mercado, reproduzindo uma visão tradicional da pobreza que consome recursos e é diferenciada pela renda.

A compreensão dos ativos intangíveis ou sociais permite que se entenda também como uma ação pode proporcionar aos sujeitos em situação de pobreza se organizarem e encontrarem formas de agregar valor aos recursos disponíveis em prol da coletividade, constituindo o capital social (Xavier, Pacheco & Padoan, 2009). Segundo Bourdieu (1986), o capital social está alinhado aos recursos de valor oriundo da rede de relacionamentos do indivíduo, através da inserção em redes sociais. Essa concepção de Bourdieu tem sido central em diversos estudos, como por exemplo (Bertolami, Hashimoto, Artes, Gonçalves & Lazzarini, 2018, Álvarez & Romaní, 2017, Fialho, 2016, Melo, Regis & Bellen, 2015, Santos & Carrion, 2009, Helal & Neves, 2007).

Através de uma busca exploratória sobre a temática pobreza nas ciências sociais, evidenciou que as pesquisas têm abordado como objetos de estudos a redução da pobreza em países como Índia, Butão, Nigéria e Brasil conforme os estudos de Ijaiya, Marikan e Ramli (2016), Tenzi, Otsuka e Natsuda (2015), Cecchi, Sabatini e Molinas (2009), Santos e Carrion (2009), Helal e Neves (2007), compreendendo a pobreza em dimensões múltiplas.

Sendo assim, este estudo contribui para a concepção contemporânea e sociológica do conceito de pobreza. Advoga que o conceito de pobreza deve transcender a tradicional base de segregação, a renda. Na concepção de Sen (2000), a pobreza representa as oportunidades e escolhas negadas ao indivíduo para o seu desenvolvimento humano. Dessa forma, o autor explicita que a pobreza refere à privação de capacitações.

Essa concepção Sen (2000) coaduna com o conceito de pobreza como violação de direitos humanos, o que abre caminho para o aprimoramento do conceito estatístico de pobreza monetária, levando a inovação do conceito com o conhecimento de privação perante as necessidades humanas essenciais e imediatas, como a alimentação, a habitação, a educação, a saúde, a segurança, a participação na vida econômica e cívica e ampliando o domínio de observação a toda a população residente, vivendo ou não em agregados familiares (Silva, 2010).

Os estudos a respeito da “Pobreza” demonstram a inclusão e importância de ouvir os pobres, a respeito de suas vidas e do seu cotidiano para a construção de melhores políticas sociais, bem como a relevância das legislações, relatórios e programas sociais dos documentos das políticas públicas. Como exemplo, têm-se a obra desenvolvida por Decepa Narayan (2000) e seus colaboradores conhecido como *“La voz de los pobres; ¿Hay alguien que nos escuche?”* publicado pelo Banco Mundial.

Assumindo que o estado de pobreza decorre principalmente de um desequilíbrio de distribuição de renda na sociedade, exploração de mão de obra e exclusão aos direitos fundamentais do cidadão, isso leva à compreensão do funcionamento de classe em sociedades capitalistas. No presente artigo, adota-se a perspectiva de Bourdieu que vai ao encontro do conceito multidimensional. Esse recorte contribui para a compreensão das pesquisas em Gestão Social e sobre o desenho de políticas públicas sociais a respeito da pobreza, bem como da ampliação e utilização dos termos de ativos intangíveis e capitais sociais.

A perspectiva de Bourdieu permite o delineamento dos termos de capitais sociais e intangíveis da abordagem das ciências sociais ao campo da Administração. Esses, simultaneamente, com a Ciência da Contabilidade, trabalham capital social e ativo intangível com conceitos distintos das ciências sociais. Dessa forma, a Administração ao adotar a visão sociológica dos referidos termos, estará ampliando suas visões organizacionais, financeiras e de mercado em prol de um desenvolvimento que integra o mundo dos negócios com os problemas sociais, cujo cerne é o capital humano. Sem o mesmo, todo o funcionamento das instituições pode estar fadado ao fracasso. Compreendemos que o principal capital humano é



a vida, portanto sem a vida humana não haverá nenhuma administração e tão pouco capital econômico que sustenta a vertente superior da dominação mundial.

Segundo Fialho (2016, p. 69) “para a sociologia, o capital social possibilita a cooperação entre duas partes. O capital social implica a sociabilidade de um grupo humano, com os aspectos que permitem a colaboração e o seu uso”. Portanto, a importância deste estudo fundamenta-se em ampliar e fortalecer o termo capital social como forma de subtrair o sujeito em situação de pobreza e reduzir as vulnerabilidades sociais.

Este artigo, na forma de ensaio teórico, objetiva articular o tema pobreza na Gestão Social e na análise de políticas públicas, destacando como são concebidos os ativos intangíveis e capitais sociais. O ensaio foi estruturado em diferentes tópicos, sendo a introdução seguida de uma discussão da questão de classes sociais sob a perspectiva de Bourdieu e seus capitais, capitais e ativos intangíveis e a abordagem sociológica e as concepções de pobreza e sua multidimensionalidade, por fim as considerações finais. Essa compreensão se faz essencial para que novas possibilidades de análise das políticas públicas e discussões teóricas e teórico-aplicadas ou empíricas no campo da Gestão Social.

2. A questão de classes sociais sob a perspectiva de Bourdieu e seus capitais

A visão de Bourdieu possibilita entender a questão da sociedade estratificada em classe ou grupos de status. A situação de classe pode ser definida como posição em um sistema de relações de produção. E através da classe social se estabelecem identificações e forma de partilhar algumas características econômicas, sociais e culturais (Bourdieu, 2005).

Bourdieu (2005) cita a definição de Max Weber, que classe social, enquanto grupo de indivíduos, são aqueles que partilham a mesma classe, logo, a mesma situação de mercado, tendem a possuir as mesmas peculiaridades no mercado de bens e de trabalho, as mesmas condições de existência e de experiências pessoais, enfim, caracterizando os grupos por estilos de vida diferentes no espaço social, principalmente o consumo.

A estrutura social é multidimensional e constituída de três dimensões sendo: a estrutura de capitais em presença, o volume dos capitais e a sua evolução ao longo do tempo. A conjugação desses elementos permite captar tanto os deslocamentos laterais como os horizontais, na estrutura social. Essas dimensões compõem os tipos de capitais estruturais e estruturantes (Bourdieu, 2005, 2002).

O capital estrutural é formado pelo capital econômico, capital cultural e o capital social, e o capital estruturante é o capital simbólico. E é a soma dos capitais que definem a probabilidade de ganho em um dado campo em dado momento. O capital cultural vem da educação formal que dá base ao indivíduo e dá acesso ao mercado qualificado. Capital simbólico é o capital do reconhecimento, prestígio que dá legitimidade ao indivíduo. Portanto, as pessoas possuem diferentes capitais que delimitam a que grupo pertencer e o espaço a ocupar, por isso, mesmo que a pessoa tenha capital cultural não basta para mudar de grupo ou classe, pois o mundo social é um sistema simbólico (Bourdieu, 2005, 2002).

O capital social, segundo Bourdieu (1980), corresponde a um conjunto dos recursos atuais ou potenciais embrenhados em uma rede duradoura de relações mais ou menos institucionais de intra e inter-conhecimento. Esse capital social formado pelo amplo conjunto de laços fortes e fracos propiciam o desenvolvimento da confiança mútua e abriga as informações e conhecimentos novos e exerce as funções de controle social, apoio familiar e benefícios por meio de redes fora da família (Fialho, 2016). Tais redes podem ser formais ou informais e são essenciais para o acesso às oportunidades e benefícios das relações.

Para Bourdieu (1980) o capital social possui alto grau como ativo intangível ao ser comparado com o capital humano e econômico, pois o capital humano está mente da pessoa, o econômico nas contas bancárias e o social depende da estrutura das relações das pessoas, portanto, a pessoa precisa ter relacionamentos com seus bens e com os outros e esses são a



origem das fontes para seus benefícios. A relação entre pobreza e capital social, segundo Bourdieu (1986) decorre do capital social ser um tipo de capital que qualifica a posição relativa das pessoas na estrutura de classe (Fialho, 2016).

3. Capitais e ativos intangíveis: a ciência da administração e a abordagem sociológica

Nas pesquisas contemporâneas sobre pobreza os termos capital social e ativos intangíveis, em geral, possuem uma abordagem financeira ou socioeconômica, nessa vertente com restritas pesquisas. Através da segunda, a pobreza é definida como uma circunstância econômica, na qual os padrões de vida, a desigualdade e a posição econômica são os principais componentes; e é uma circunstância social que se apresenta como falta de necessidade básica, incluindo as relações com as pessoas e com as coisas (Lipina, Sebastián & Evers, 2017, p.2).

Como parte integrante da abordagem sociológica, tem-se a linha de pesquisa dos capitais, em especial do capital social e do intangível. Todavia, esses termos possuem conotações diferentes no campo da Administração, uma delas é a ênfase instrumentalista contábil do capital social, como o conceito explicitado por Iudícibus et. al. (2010, 2011) que define o capital social como investimento efetuado na companhia pelos acionistas”. Existe assim, uma restrição do termo capital social com enfoque mais financeiro e com perspectivas de poder, regulação, dominação, responsabilidade limitada.

Destarte, se faz necessário aos pesquisadores da administração delinear e compreender outros conceitos de capital social e de intangível, transcendendo aos aspectos de mensuração financeira e contábil, de representações de recursos iniciais para investimentos, para uma concepção das relações do capital social. Deve-se, também, se ater as ambiguidades conceituais das abordagens e buscar aplicá-las nos estudos de pobreza.

A Administração carece apropriar-se da abordagem conceitual dos termos capital social e intangíveis de visão sociológica e incorporar os mesmos nas pesquisas de responsabilidade social das empresas com seu entorno, e (re)conhecer os impactos das atividades empresárias nas comunidades locais de situação de pobreza, avaliando causas, efeitos e benefícios. Por fim, deve considerar que a mitigação da pobreza não é um problema somente de gestão pública, e sim de parcerias público-privadas. O fortalecimento dos conceitos de capital social e intangível com a inserção conceitual utilizada na sociologia possibilita uma nova amplitude de campo de estudo e contribui para a identificação e valorização dos elementos para mitigar a pobreza.

Retornando aos estudos de Bourdieu (1980), uma de suas abordagens define o capital social como a quantidade e à qualidade de recursos das redes. O pesquisador sociólogo enfatiza que o volume de capital social de um agente individual depende da extensão da rede relacional que se pode mobilizar e do volume dos demais capitais (econômico, cultural ou simbólico) que é propriedade de cada indivíduo. A participação na rede amplia as oportunidades de conversão do capital social em econômico e simbólico, e vice-versa. Helal e Neves (2007) destacam a visão de Bourdieu em relação ao capital social como microsociológica, eles enfatizam o capital social individual como um recurso utilizado em benefício próprio, mas que tem dependência da rede de relações mobilizada pelo indivíduo e do volume de capital possuído pelos membros da rede. Para esses autores, as pessoas que participam de organizações sociais possuem maiores oportunidades para obtenção de renda, e essa desenvolve a capacidade de superação da situação de pobreza (Melo, Regis & Bellen, 2015).

Portanto, estudar a pobreza na administração requer compreender as abordagens de capital social e ativos intangíveis, pois existem ambiguidades entre seus conceitos nos campos sociológicos e da administração, em especial a aplicada no ambiente empresarial. Por exemplo, o capital social e intangível utilizados em relatórios financeiros, advém, na maioria



das pesquisas, dos conceitos das ciências contábeis, e além dos demonstrativos tradicionais, são encontrados nos conteúdos de responsabilidade social, relatórios da administração, balanço social ou relatório de sustentabilidade.

O termo intangível é atrelado a ativos que não possuem substância física, que não podem ser palpáveis. Segundo Hendriksen e Van Breda (1999), tais ativos não podem ser tocados, mas os mesmos representam relevância no conjunto de capital das instituições e na contemporaneidade são diferenciais e competitivos. Lev (2001) concebe ativo intangível como um direito à benefícios futuros, e pode ser derivado das estratégias organizacionais de inovação e pelas capacidades dos recursos humanos.

Uma análise interpretativa das abordagens dos termos capital social e intangível pela sociologia e pela administração, aponta para a congruência da importância dos ativos intangíveis e do capital social tanto para as empresas, como para os problemas sociais, como a situação de pobreza, envolvendo assim a Administração Pública.

Sendo assim, esse termo ativo intangível no campo da pobreza se faz interessante para a compreensão dos distintos capitais, em especial o capital cultural que de forma implícita engloba o capital intelectual das pessoas. Em síntese, na situação de pobreza o ativo intangível necessita da visão sociológica, que tem como intangível o capital social representando as relações de diversos atores. E como mensurar essas relações? O grau de confiabilidade, solidariedade e fidelidade são estratégias a serem gerenciadas. Uma boa relação entre a empresa e seu entorno, uma comunidade por exemplo, pode influenciar nos resultados empresariais e na sua continuidade?

Diante dessas indagações, tem-se a premissa da abordagem sociológica, pela qual a situação da pobreza é vista como produto de injustiça e dependência das estruturas econômicas, sociais e políticas. Cabe a administração como ciência social assessorar os empreendimentos com uma gestão financeira e social, ou seja, uma gestão de sustentabilidade realística na área pública ou privada, e não de gerenciamento de resultados para enriquecimento da minoria, pois esse é contrário à superação da pobreza e ao principal patrimônio humano: o direito à vida digna. Sem a vida do capital humano não haverá mercado, não haverá produção, não haverá consumo.

4. Concepções de pobreza e sua multidimensionalidade

O conceito de pobreza envolve a compreensão de diversos fatores e suas relações com as múltiplas dimensões específicas de cada contexto. No campo dos estudos da pobreza tem-se como consenso que o seu conceito é multidimensional. Steven et al. (2017, p. 9) propõem a interação de múltiplos fatores físicos, naturais e culturais na visão clássica da pobreza como renda. Dessa forma, apresentam uma visão multidimensional sustentável que abrange distintas respostas de alívio e de insumos de ativos; esses como transformadores de mudança essenciais para um desenvolvimento sustentável integrado com meta para superar a pobreza (Abramovay, 2012).

A mensuração da pobreza utiliza medidas unidimensionais e multidimensionais, e são significativamente diferentes. Lipina et al. (2017) nos seus estudos de neurociências apontam as influências da pobreza nos sistemas cognitivo, emocional e de regulação do estresse, ativos intangíveis e pessoais de difícil mensuração. Os autores se propõem a analisar como diferentes fatores individuais e contextuais estão associados à privação material, emocional e simbólica; isso é a falta de comida, ao abrigo, a educação e a saúde.

Em síntese, a multidimensionalidade da pobreza advoga a não existência de um conceito unívoco e de um único tipo de pobreza. Os desafios econômicos, financeiros e ambientais perpassam por esse problema mundial, que têm características e detalhes de acordo com cada contexto. Segundo Spicker et al. (2006), os estudos sobre a pobreza foram



direcionados para o seu conceito como um fenômeno multidimensional, relacional e dinâmico.

Esses embasamentos teóricos supracitados direcionam para as abordagens contemporânea e sociológica da pobreza. As mesmas possuem como núcleos as capacidades, liberdades, oportunidades, afirmação e sustentabilidade (Sen, 2000, Narayan 2000, Bourdieu, 1980, 1986, 2002, 2005, Abramovay, 2012). Por consequência, há transcendência da visão de renda para a incorporação de ativos intangíveis e capitais sociais, com ênfase mais humanista e em prol do coletivo.

Os pesquisadores Steven et al. (2017) visionavam uma nova forma de economia que possibilitasse ampliar as liberdades individuais. Abramovay (2012, p.13) enfatiza que “aumentar a eficiência e reduzir a desigualdade no uso dos recursos são objetivos estratégicos de uma nova economia que tenha a ética no centro da tomada de decisões e que se apoie em um metabolismo social capaz de garantir a reprodução saudável das sociedades humanas.”

Abramovay (2012) propõe que a nova economia necessita de nova cultura com relação aos valores atribuídos aos indivíduos pela sociedade de superconsumo e considera o consumo justo e sustentável. Nessa visão, a sustentabilidade é vista como um modo de ser, um ideal de vida presente e futura em consonância com a proteção do meio ambiente natural. Esse, inclui o crescimento verde e o inclusivo como sendo as duas dualidades mais dominantes de raízes neoliberais, mas que assumem uma dimensão adicional, no caso as questões ambientais e a necessidade de compartilhar o crescimento econômico com os mais pobres (Gupta & Vegelin, 2016, p.435).

Streeten (1981), em relação a pobreza, explicitou a relação entre as necessidades básicas, desenvolvimento e oportunidades. Sua vertente prioriza as condições mínimas de acesso a bens e serviços básicos de consumo para erradicar a pobreza, tendo assim a pobreza como necessidades básicas. Outro tipo de pobreza é com base na renda. Nesse caso, a pobreza conecta-se com distintas vulnerabilidades e desigualdades. Dinzey-Flores (2017) cita como componentes das mesmas a renda, a riqueza e o acesso à oportunidade (p.242). O primeiro fator pertence à abordagem clássica da economia nos estudos de pobreza.

Segundo Bourdieu (1990), a renda é o principal capital econômico, que se converte em capital cultural e simbólico. Wacquant (2017) advoga o compromisso de Bourdieu com os determinantes simbólicos e materiais e suas interações na vida social, em especial, como os recursos podem ser mobilizados e convertidos em estratégias sociais.

Para Bourdieu (1980-990), os sistemas simbólicos constituem armas na luta para produzir e impor a visão dominante do mundo. Entre esses sistemas existem as instituições simbólicas religiosas, políticas, legais, jornalísticas, artísticas, acadêmicas e científicas (Wacquant, 2017, p.7). A ampliação de capital social favorece o aumento do capital econômico, cultural e simbólico.

Outra forma de conceber de pobreza é a relativa com ênfase no bem-estar (Sen, 2000). Essa dimensão trouxe um enfoque social para as concepções econômicas. O conceito de pobreza relativa com bem-estar se inseriu como parte integrante das políticas sociais internacionais (Crespo & Gurovitz, 2002). É um conceito social e amplo de pobreza que envolve capacidades, liberdades e oportunidades. Envolve recursos intangíveis e tangíveis, dimensão sociocultural, bem-estar psicológico e requisitos sociais para interação e integração (Navarro & Arce, 2016, p.48).

No âmbito conceitual da Pobreza, também se encontra a pobreza como juízo de valor. Nesse caso, a pobreza se direciona por uma visão subjetiva do indivíduo a respeito de suas necessidades e capacidades. Esse indivíduo se encontra preso à imaginação e à normatização dos padrões da sociedade do que é ou não pobreza. Para Sen (1981), o “exercício de avaliação da pobreza não se atrela ao valor de julgamento de uma sociedade e tão pouco a algum tipo de exercício subjetivo.” (p.17). Para os estudos da pobreza, as convenções de sociedade são



questões de fato e não questões de moralidade ou de pesquisa subjetiva (Hobsbawm, 1968, p.398).

Para finalizar esse tópico conceitual, tem-se a Pobreza segundo a percepção dos protagonistas, ressaltada a partir dos estudos de Narayan (2000, 2005). Suas pesquisas são uma extensão dos estudos do indiano Amartya Sen. As atribuições e ações desenvolvidas pela sociedade, comunidades e pelas políticas sociais só podem ser eficazes se os indivíduos em situação de pobreza tiverem interesse em serem atores ativos de suas vidas (Narayan, 2000). Essa conceituação remeteu à pobreza como ausência de condições de recursos tangíveis (materiais) e recursos intangíveis (atributos psicossociais).

Nos estudos de Narayan (2000, 2005), houve a aplicação das Avaliações Participativas sobre a Pobreza (APP's). O método foi ouvir o que os pobres têm por dizer. As pesquisas concentraram em como os indivíduos em situação de pobreza percebem as distintas manifestações da pobreza, suas causas e os fatores limitantes de oportunidades.

Os resultados apontaram o restrito acesso a bens e créditos, como uma das limitações das oportunidades e que causa isolamento, discriminação de sexo, etnia, classe ou religião. As falas dos pesquisados evidenciaram as dificuldades dos serviços públicos: saúde, escolas, programas de planejamento familiar, transporte. Houve a identificação dos ativos mais valorizados pelos indivíduos em situação de pobreza. Os ativos são considerados como recursos, e esses são os capitais. No desenvolvimento teórico das pesquisas, houve a elaboração da associação da falta de ativos (físicos, humanos, sociais e ambientais) à vulnerabilidade e ao risco a que as pessoas estão submetidas (Narayan, 2000).

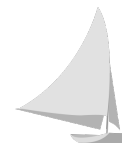
De forma específica, no campo complexo e amplo da sustentabilidade, Johnson, Riis e Noble (2016) desenvolveram estudos da influência da pobreza com aspectos cognitivos. Mencionam que a pesquisa genética comportamental sugere que “variação genética confere vulnerabilidade ou resiliência a ambientes e ajuda a explicar diferenças individuais no impacto da pobreza no cérebro, no desenvolvimento cognitivo e nas emoções.” (p.2).

5. Considerações finais

Conforme enfatizado neste estudo, a divergência conceitual pode levar estudiosos à percepção errônea da conceituação dos termos, da realidade da pobreza e das medidas necessárias para a sua mitigação. Tais considerações justificam o porquê da concepção dos conceitos sociológicos no campo da Gestão Social e da análise de políticas públicas para os estudos da pobreza. As mesmas vão ao encontro das perspectivas de capitais de Bourdieu, que explicita as relações por meio do capital social. E essas dimensões relacionais não são percebidas quando as políticas públicas e as intervenções no campo da Gestão Social trabalham com o capital social na vertente de investimentos, havendo uma necessidade de fortalecer que a origem desse capital advém das relações dos proprietários do capital econômico com seus diversos *stakeholders*. Os estudos de Narayan (2000, 2005) evidenciam a necessidade de pesquisas sobre pobreza com dados primários e *in locus*, que complementam as informações quantitativas e podem evidenciar formas realísticas da gestão da pobreza, na percepção dos indivíduos que a vivenciam.

O capital social na análise da dimensão financeira das pessoas e famílias pode ser utilizado no campo da Pobreza como sendo o capital social monetário tangível. O mesmo irá representar as fontes dos primeiros recursos que as pessoas em situação de pobreza possuem, ou podem possuir e que possuem um valor monetário. Com o tempo, as variações desse capital poderão constituir o seu patrimônio de forma paulatina, para isso é necessário mitigar a situação de pobreza.

Capital social como recursos iniciais para a realização de um empreendimento, necessita *a priori* de relações de distintos atores para poder se efetivar e sobreviver. O intangível caracteriza um ativo invisível e de difícil mensuração, mas que tem como atributo



potencial trazer benefícios presentes ou futuros. Esse ativo vai ao encontro da intangibilidade sociológica que se direciona para os aspectos simbólicos e culturais de reconhecimento, pertencimento, capacidades, liberdades das pessoas na sociedade. Todos quando trabalhados e oportunizados trazem melhores condições de vida e, ainda, agregam valor intrínseco ao “eu” de cada capital humano. Justamente, esse benefício advindo desses aspectos intangíveis é que tornam as pessoas mais capazes e quando em situação de pobreza podem se tornarem atores protagonistas de suas vidas, com participação na família, na comunidade, na vida política, nas organizações, enfim na sociedade.

Todas as dimensões da sustentabilidade (econômica, social e ambiental) são necessárias para a mitigação da pobreza. Os investimentos em cada uma delas visam a melhores condições de vida e preservação de recursos naturais e vida humana. Eles vão ao encontro da necessidade de um desenvolvimento atrelado à equidade da utilização de recursos e diminuição da desigualdade.

Os estudos da pobreza não se limitam às abordagens delineadas neste estudo, sendo o mesmo diretriz para novos estudos. Sua base é o pressuposto da pobreza como fenômeno complexo e multidimensional que transcende à abordagem clássica da pobreza atrelada ao fator renda e que requer uma visão sociológica no campo da Administração, de forma a conceber um conceito de sustentabilidade para o contexto da pobreza.

Este estudo contribui para ampliação de pesquisas sociais no campo da análise de políticas públicas e das intervenções sociais guiadas por pressupostos da Gestão Social, em especial, na temática de pobreza, capital social e ativo intangível. A partir dos achados do presente artigo, sugere-se para novas pesquisas a utilização de métodos qualitativos e procedimentos de investigação dos sujeitos em situação de pobreza, através da metodologia dos estudos de Narayan (2000), bem como, a inserção da abordagem da sustentabilidade.

Referências

Abramovay, R. (2012). *Muito além da economia verde*. São Paulo: Abril S.A.

Álvarez, E.R.C. & Romani, J.R. (2017). Measuring social capital: further insights. *Gaceta Sanitaria*, 31(1), 57-61.

Bertolami, M., Artes, R., Gonçalves, P.J., Hashimoto, M. & Lazzarini, S.G. (2018). Sobrevivência de Empresas Nascentes: Influência do Capital Humano, Social, Práticas Gerenciais e Gênero. *Revista de Administração Contemporânea*, 22 (3), 311-335.

Bourdieu, P. (1980). Le capital social - notes provisoires. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 31, 2-3.

Bourdieu, P. (1980,1990). *The Logic of Practice*. Stanford: Stanford University Press.

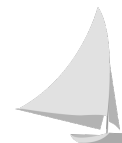
Bourdieu, P. (1986). The forms of capital. In Richardson, J.G. (eds). *Handbook of theory and research for the sociology of education*. New York: Greenwood Press.

Bourdieu, P. (2002). Espaço social e gênese das classes. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Bourdieu, P. (2005). Condição de classe e posição de classe. In: *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.



- Camara, G., Misocky, M. & Pedroso, M. (2013). A Produção Teórica sobre a Pobreza na Administração”. In XXXVII Encontro da Anpad. *Anais*. Rio de Janeiro.
- Cecchi, C., Sabatini, F. & Molinas, L. (2009). *Capital and Poverty Reduction Strategies: The Case of Rural India*, 1-31.
- Dinzey-Flores, Z Z. (2017). Spatially Polarized Landscapes and a New Approach to Urban Inequality. *Latin American Research Review*, 52(2), 241-252.
- Fialho, J. (2016). O Capital social no contexto da Teoria Sociológica contemporânea. *Desenvolvimento e Sociedade*, 1, 69-82.
- Gupta, J. & Vegelin, C. (2016). Sustainable development goals and inclusive development. *International Environmental Agreements*, 16, 433–448.
- Crespo, A.P.A. & Gurovitz, E. (2002). A pobreza como um fenômeno multidimensional. *Revista de administração eletrônica*, 1(2), 1-12.
- Helal, D.H. & Neves, J. A. B. (2007). Superando a pobreza: o papel do capital social na região metropolitana de Belo Horizonte. *Cadernos Ebape-BR*, 5(2), 1-13.
- Hendriksen, E. S & Van Breda, M. (1999). *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas.
- Hobsbawm, E. J. (1968). ‘Poverty’, in Sills, D. L. *New International Encyclopaedia of the Social Sciences*. 12, London: Macmillan.
- Ijaiya, M.A., Marikan, D. A. A. & Ramli, N.R. (2016). Social Capital and Poverty Reduction in Niger State, Nigeria: A Structural Equation Modelling Approach. *International Journal of Academic Research in Business and Social Sciences*, 6(11), 287-302.
- Iudícibus, S. *et al.* (2010). *Teoria da contabilidade*. 10. ed. São Paulo: Atlas.
- Iudícibus, S., Filho, J.F.R., Lopes, J.E.G & Pederneiras, M.M.M. (2011). Uma reflexão sobre a contabilidade: caminhando por trilhas da “teoria tradicional e teoria crítica”. *Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, 8(4), 274-285.
- Johnson, S.B., Riis, J.L. & Noble, K.G. (2016). State of the Art Review: Poverty and the Developing Brain. *Pediatrics*, 137 (4).
- Kaztman, R. *et al.* (1999). Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay. Santiago do Chile, OIT, 107.
- Lev, B. (2001). *Intangibles: management, measurement and reporting*. Washington: Brookings Institution Press.
- Lipina, S. J. & Evers, K. (2017). Neuroscience of childhood poverty: evidence of impacts and mechanisms as vehicles of dialog with ethics. *Frontiers in Psychology*. 8, 61.
- Moser, C. (1998). *The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies*. World Development, New York, 26(1).



- Narayan, D., Chambers, R., Shah, M. K. & Petesch, P. (2000). *Voices of the poor: crying out for change*. New York, Oxford University Press/World Bank.
- Narayan, D. (2005) *Voices of the poor – Can anyone hear is?* World Bank. Oxford University Press, 2000. NOB/SUAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome.
- Navarro, C. L. & Arce, G. M. (2016). Revisitando el concepto de exclusión social: su relevancia para las políticas contra la pobreza en América Latina. *Revista del CLAD Reforma y Democracia*, 65, 39-68.
- Santos, C. G. & Carrion, R.S.M. (2009). Microcrédito e pobreza: um diálogo possível? *RAC-Revista de Administração Contemporânea*, 13 (spe), 53-67.
- Sen, A. (1981). *Poverty and Famines Essay on Entitlement and Deprivation*. Oxford: Clarendon press.
- Sen, A. K. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, M. (2010). Rendimento, pobreza e condições de vida – os diferentes olhares das estatísticas sobre a pobreza, as desigualdades e a privação material em Portugal. *Instituto Nacional de Estatística, INE*. Lisboa, Portugal, 200.
- Spicker, P., Álvarez Leguizamón, S. & Gordon, D. (2006). *Poverty*. An international glossary. London: ZedBooks.
- Steven, J. L., Haider, L. J., Engström, G. & Schlüter, M. (2017). Resilience offers escape from trapped thinking on poverty alleviation. *Sci. Adv.* 3.
- Streeten P., Javed, S. B, Mahbub, U. H., Norman, H. & Frances, S. (1981). *First Things First: Meeting Basic Human Needs in Developing Countries*, New York and Oxford: Oxford University Press. The World Bank Press.
- Wacquant, L. (2017). Bourdieu viene a la ciudad: pertinencia, principios, aplicaciones1. *EURE*, 43 (129).
- Xavier, M.Q., Pacheco, V. & Padoan, F.A.C. (2008). Capital social: o ativo intangível básico para o desenvolvimento social sustentável. *Enfoque: reflexão contábil*, 27(3), 22-31.